



MEIO AMBIENTE

COP30: EUA e Argentina não confirmam presença

Negacionistas do aquecimento global e das mudanças climáticas, os governos de Trump e Milei não sinalizaram se terão algum representante na Cúpula de Líderes e na conferência. Até agora, 143 países garantiram participação no evento em Belém

» RAFAELA GONÇALVES
» VICTOR CORREIA
» ROSANA HESSEL

Os Estados Unidos e a Argentina não confirmaram a presença na Cúpula de Líderes da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), dias 6 e 7 de outubro, em Belém. O encontro, considerado o principal momento político que antecede as negociações, reúne chefes de Estado e autoridades internacionais para discutir estratégias globais de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Os dois países não garantiram sequer o envio de um representante oficial.

A ausência chama atenção, especialmente por causa da aproximação entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, na 47ª Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), em Kuala Lumpur (Malásia). Tanto o atual governo norte-americano quanto o de Javier Milei são negacionistas sobre as mudanças climáticas e o aquecimento do planeta.

Em contrapartida, mais de 100 nações garantiram presença na COP30. Segundo o embaixador Maurício Lyrio, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), “teremos uma participação expressiva. Até o momento, 143 delegações confirmaram presença, sendo 57 delas chefiadas por líderes de Estado ou de governo”.

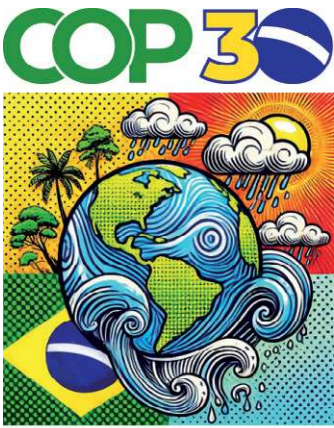
A Cúpula de Líderes antecede as sessões plenárias e negociações técnicas da conferência. Lyrio afirmou que os nomes dos chefes de Estado não podem ser divulgados por motivos de segurança. Disse, ainda, que a ausência de Trump e Milei não significa que EUA e Argentina estarão completamente ausentes da COP30, pois poderão ser representados por outros membros de suas delegações.

De acordo com o secretário de Clima, a programação começa

Fotos: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Segundo Lyrio, da reunião de líderes não sairá qualquer decisão formal relacionada à COP, que virá somente depois das plenárias



dia 5 com reuniões bilaterais entre países e organismos internacionais. “O início efetivo da Cúpula

está previsto para o dia 6, com uma sessão plenária ampla, aberta pelo presidente da República”, explicou. Nos dois dias de debates, os líderes apresentarão as posições de seus países sobre metas climáticas, transição energética e financiamento verde, temas que têm orientado as discussões diplomáticas desde a COP28, em Dubai, em 2023.

A cerimônia de abertura será seguida por uma série de discursos, que poderão se estender até a noite do dia 7. Em paralelo, estão previstas três sessões temáticas conduzidas por Lula e um almoço sobre o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF na sigla em inglês), iniciativa lançada pelo

Brasil para financiar a conservação de biomas tropicais.

Apesar do peso simbólico, o secretário destacou que a Cúpula de Líderes não é deliberativa. “As decisões formais da conferência serão tomadas apenas no dia 10, pela própria COP. O que teremos são declarações políticas e discussões de alto nível, mas não há previsão de um documento de consenso final assinado por todos os países”, explicou Lyrio.

O governo brasileiro, contudo, segue negociando textos conjuntos e declarações multilaterais com diferentes blocos regionais. O objetivo, segundo o MRE, é reforçar a convergência política e elevar a ambição climática global.

O governo federal prepara a decretação de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em Belém na conferência. A medida autoriza o uso das Forças Armadas para reforçar a segurança na capital paraense.

Segundo o pedido do governo do Pará, as tropas devem ficar lotadas em locais estratégicos, como portos e hidrelétricas. Até o momento, o Palácio do Planalto não confirmou a decretação da medida, mas a expectativa é de que seja publicada, nos próximos dias, no *Diário Oficial da União (DOU)*, já que o esquema reforçado de segurança é comum em grandes eventos. A solicitação da GLO foi feita em setembro.

Marina ataca “jabutis”

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) criticou, ontem, a aprovação da Medida Provisória 1.304/25, na quinta-feira, pelo Congresso, com emendas não relacionadas ao texto. Ela frisou, sobretudo, a inserção dos subsídios às usinas termelétricas a carvão, algo que vai na contramão da agenda de descarbonização que defende.

“Temos que acabar com os subsídios ineficientes, em vários aspectos, para os esforços de equilibrar o planeta”, afirmou, ao ser questionada sobre o tema pelo **Correio**, na coletiva relacionada aos preparativos da COP30.

Marina citou outro “jabuti” aprovado, relacionado aos reservatórios de hidrelétricas. E manifestou preocupação com as mudanças propostas no Licenciamento Ambiental Especial para essas usinas e seus reservatórios.

Isso porque, diferentemente do que previa a regulamentação proposta pela MP enviada pelo governo, no Congresso foi reduzido o prazo para conclusão do processo de licenciamento de 12 meses para 90 dias. Além disso, o texto aprovado estabelece esses mesmos 90 dias ainda que haja a apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

“Fomos surpreendidos por uma votação que durou menos de cinco minutos, ao arripio de projetos altamente impactantes, como são os reservatórios de hidrelétricas”, lamentou.

A ministra ainda comemorou os dados mais recentes de redução do desmatamento na Amazônia. Para ela, vão de vento em popa os esforços do governo para alcançar a meta de desmatamento zero em 2030. **(RH e RG)**

» Podcast do Correio | ADEMILSON ZAMBONI | DIRETOR-GERAL NO BRASIL DA ONG OCEANA

O grito de socorro da Amazônia Azul

» MARIANA NIEDERAUER
» ALINE GOUVEIA

*Os oceanos cobrem 71% da superfície terrestre e consomem ou são capazes de absorver quase 40% do CO² que está na atmosfera. Os dados compilados pela ONG Oceana dão a dimensão da importância desse ecossistema para o mundo, mas também alertam para a tragédia climática a que está sujeito se não houver regulação sobre questões como poluição e pesca. Ao Podcast do **Correio**, o diretor-geral da Oceana no Brasil, Ademilson Zamboni, fala sobre a relevância da aprovação do projeto de lei que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, e a necessidade de conter o descarte de plásticos nas águas salgadas. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.*

As ações de quem está longe do mar também influenciam na poluição dos oceanos?

O oceano não produz poluição.

Toda fonte de poluição dos oceanos é baseada em terra. Seja por carregamento de fertilizantes que vão produzir eutrofização nas águas, seja pelos rios que carregam plástico, seja por derrame de petróleo, seja por esgoto, seja pela péssima ocupação que nós fazemos nas nossas grandes cidades litorâneas, que contribuem para toda sorte de danos à zona costeira e, principalmente, por você estar tirando em alguns lugares o manguezal, que é um elemento de transição e de proteção.

Qual a sua avaliação sobre a presença dos oceanos na agenda climática global?

Na agenda climática, até aqui, os oceanos não eram pauta. Nunca foram pauta. Primeiro porque estamos trabalhando no campo da mitigação, em reduzir as emissões dos países para que nós alcançássemos o objetivo de não ter um aquecimento global no nível que nós estamos tendo. E os oceanos são o contrário. Eles são a solução para a crise climática. Eles

absorvem CO², eles não produzem CO². Então eles são um regulador climático. Por isso, não existia nada pensado para os oceanos, mas o que nós estamos observando agora é que os fenômenos que acontecem no oceano também têm uma escala tão gigantesca que qualquer mudança significativa, por exemplo, na distribuição de temperatura, provoca um outro nível de efeitos que afetam as comunidades costeiras, as grandes cidades e assim por diante.

A Amazônia acaba sendo o foco das discussões em razão da localização da COP30. Como os oceanos entram no debate?

Quando o Brasil cria uma ideia de Amazônia Azul, ajuda a entender um pouco a equivalência da importância das duas, para o bem e para o mal. Tem coisa que acontece na Amazônia, que nós já conhecemos, que acontece também na Amazônia Azul, e a diferença é que nós não conseguimos monitorar. Conhecemos muito pouco sobre a

Bruna Gaston CB/DA Press



Zamboni lembra que toda a fonte de poluição dos oceanos vem da terra



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista à entrevista na página do Correio Braziliense no YouTube

coisa para inventar. Do ponto de vista de interesse, é que é o desafio. E esse interesse hoje ele está focado em duas coisas, infelizmente: em como explorar mais petróleo e em como ocupar mais e mais a zona costeira, sem um tipo de critério. E isso é um problema sério.

A chamada pesca de arrasto é proibida no Rio Grande do Sul e em alguns locais no Nordeste. Por que essa técnica é tão prejudicial à vida marinha?

A pesca de arrasto é considerada a mais destrutiva dos fundos marinhos que você possa imaginar. É basicamente uma embarcação ou duas puxando uma rede muito grande e com uma corrente muito pesada no fundo. Ela se apoia no fundo e vai sendo arrastada por uma distância muito grande. Essa arte de pesca não é seletiva. Quando você puxa a rede vem tudo. Então, a gente pode fazer um paralelo, voltando para a Amazônia Azul e a Amazônia Verde, com o correntão do desmatamento. Dois tratores de esteira puxam o correntão e vão levando todas as árvores que estão pela frente. A vegetação primária, a secundária, assim por diante.